

## NOTA PÚBLICA EM SOLIDARIEDADE AO MST E EM REPÚDIO À OPERAÇÃO DA POLÍCIA DE SÃO PAULO CONTRA A ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES

A Licenciatura em Educação do Campo (LeCampo) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos (NEJA) da UFMG manifestamos nosso repúdio ao ataque dos agentes do Estado contra a Escola Nacional Florestan Fernandes no dia 04 próximo passado, em Guararema, SP e solicitamos sua assinatura se juntando a nossa manifestação neste documento. Cobramos das autoridades a apuração dos fatos e a punição dos responsáveis.

Como entender esta violenta agressão por meio de intimidações e uso de armas letais em uma escola cujo funcionamento ocorre nos marcos legais e sem nenhum constrangimento ao convívio social?

Avaliamos que há grupos sociais no Brasil que desejam, a qualquer custo, manter privilégios em detrimento dos direitos da maioria da população, e que, por isso, os movimentos sociais, notadamente os que lutam pela terra, são vistos como ameaça ao *status quo* historicamente mantido. Nesta lógica, os referidos grupos entendem que os Movimentos Sociais precisam ser extintos.

A herança escravocrata, a cultura patriarcalista e as práticas patrimonialistas não suportam que o Brasil possa ser de todos; não suportam a igualdade de direitos; não suportam a universalização da educação pública, laica, gratuita, de qualidade social, democrática e inclusiva para nossas crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos; não suportam que negros, trabalhadores e mulheres possam cursar a Educação Superior; não suportam que essas pessoas se afirmem como sujeitos de direitos. Enfim, não suportam que os pobres votem; e, se votarem, entendem que não podem eleger; e, se elegerem, que não podem pautar; e, se pautarem, que devem sair; e, se manifestarem, que devem ser presos, humilhados, torturados, desaparecidos e mortos. A “casa grande” continua existindo e surta a cada conquista do povo trabalhador brasileiro!

A Escola Nacional Florestan Fernandes é uma desta conquista, por ser uma instituição construída com trabalho árduo de amigos e de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Por isto as atitudes contra a Escola Nacional Florestan Fernandes precisam ser interpretadas como indicativas do recrudescimento da criminalização dos Movimentos Sociais que lutam pela reforma agrária, pela educação de qualidade social, pela produção de alimentos saudáveis, pela preservação da terra, das águas e das florestas, iniciativas que afrontam os interesses daqueles que defendem a acumulação de riquezas com total desprezo pelos seres humanos e pelo restante do meio-ambiente.

A experiência humana e a consciência histórica nos permitem dizer que, agressões como essa conformam um perigoso precedente. Ali tivemos alguns ingredientes de uma sociedade que o mundo contemporâneo já reprovou: o nazifascismo. Para manter

seus privilégios estes grupos sociais rasgam tratados que colocam o Brasil como uma nação moderna e comprometida com a construção de um país republicano.

O Estado Brasileiro é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, expressão de uma profunda consciência sobre o valor da liberdade, da justiça social, dos direitos civis, políticos e sociais. Não sem sentido, temos em termos formais a data do ano de 1948 como uma referência da crítica, quase consensual, aos horrores da II Guerra Mundial. Urge perguntar, precisamos de mais horrores para defender a Declaração Universal dos Direitos Humanos?

Se não bastasse isso, a Constituição Federal de 1988 afirma em seu artigo 2º, que constitui como objetivos fundamentais da República “I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Dialogando com isso, em seu Art. 5º, a Constituição Cidadã afirma, ainda, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Portanto, em 1988, a sociedade brasileira já celebrou a sua opção por um Estado que não agrida, humilhe, torture e assassine seus cidadãos. Sendo assim, a criminalização dos Movimentos Sociais, e seu caso mais recente, o ataque à Escola Nacional Florestan Fernandes, além de ferir a Constituição Federal e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, é um ato estúpido e alienante, já que toma como do Estado a visão de um grupo que é incapaz de reconhecer a pluralidade, o direito e a legitimidade de grupos sociais diversos.

Concordamos com Bobbio,

“a existência de um direito, seja em sentido forte ou fraco, implica sempre a existência de um sistema normativo, onde por "existência" deve entender-se tanto o mero fator exterior de um direito histórico ou vigente quanto o reconhecimento de um conjunto de normas como guia da própria ação. A figura do direito tem como correlato a figura da obrigação. (1992, p. 79-80)”.

Sendo assim, manifestamos o reconhecimento dos direitos civis, políticos, sociais e humanos, como direitos do cidadão e dever do Estado brasileiro.

Toda nossa solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras do MST!

Educação é direito de todos e dever do Estado!

Nenhum direito a menos!